

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.706.649 - RJ (2017/0280833-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**RECORRENTE** : AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E  
BIOCOMBUSTÍVEIS  
**RECORRIDO** : MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA  
**ADVOGADOS** : MONIQUE CORDEIRO TAVARES MARQUES - RJ135290  
EDSON VICTOR EUGENIO DE HOLANDA - PE024867  
TÚLIO GOMES CASCARDO E OUTRO(S) - PE025454

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial interposto pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) contra acórdão assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALTERAÇÃO NOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS ROYALTIES. MEDIDA CAUTELAR NA ADIN 4917. SUSPENSÃO DOS ARTIGOS 48 E 49 DA LEI Nº 12.734/2012. PROTEÇÃO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS PRODUTORES. MEDIDA LIMINAR MANTIDA.

I- A controvérsia jurídica instaurada nos presentes autos cinge-se à aplicabilidade do artigo 48, § 3º e do artigo 49, § 7º, da Lei nº 9.478/97, com as alterações promovidas pela Lei nº 12.734/2012, que dispõe sobre a distribuição entre os entes da Federação dos royalties e da participação especial devidos em função da produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

II- No caso em tela, discute-se acerca da suspensão dos efeitos da Lei nº 12.734/12, em razão da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, na Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.917, proposta pelo Estado do Rio de Janeiro.

III- Com efeito, a referida decisão não suspendeu diretamente o artigo 48, § 3º e o artigo 49, § 7º, da Lei nº 9.478/97. No entanto, não há empecilho ao reconhecimento, pelo Magistrado de primeiro grau, da inconstitucionalidade destes dispositivos, que não foram incluídos no pedido da ADI nº 4917 e, consequentemente, não foram objeto da decisão que deferiu a medida cautelar naquela ação.

IV- Com base na teoria da inconstitucionalidade por transcendência dos motivos determinantes, é possível afirmar que a mesma ratio que levou à suspensão dos dispositivos impugnados nos autos da ADI nº 4917 encontra-se aqui presente e está afeta à necessidade de proteção das economias dos Estados produtores e Municípios, diante das perdas que certamente adviriam da aplicação dos novos critérios de distribuição

instituídos pela Lei nº 12.734/2012, especialmente no que concerne à aplicação da nova sistemática às concessões havidas com base na legislação anterior.

V- A ANP não apresentou qualquer argumento capaz de viabilizar a alteração dos fundamentos da Decisão hostilizada, que foi fundamentada em consonância com a jurisprudência do STF e deste E. Tribunal Regional Federal, pelo que merece ser mantida em sua integralidade.

VI- Agravo Interno improvido.

Os Embargos de Declaração foram rejeitados (fls. 471-476, e-STJ).

A recorrente sustenta que a decisão recorrida afronta os arts. 48, § 3º, e 49, § 7º da Lei 9.478/1997, com redação dada pela Lei 12.734/2012, além do art. 7º da Lei 7.990/1989.

O Ministério Público opina pelo não conhecimento do Recurso Especial (fls. 638-639, e-STJ)

**E o relatório.**

**Decido.**

Como apontado pelo recorrido (fls. 644-659, e-STJ), depois do Recurso Especial interposto contra acórdão proferido em Agravo de Instrumento que confirmou liminar deferida pelo Juízo da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, sobreveio nos mesmos autos sentença de mérito com a seguinte parte dispositiva (fl. 658, e-STJ):

ANTE O EXPOSTO, CONFIRMO A LIMINAR E JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONCEDENDO A SEGURANÇA PARA DETERMINAR QUE A ANP SUSPENDA, EM RELAÇÃO AO MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA/RN, A DECISÃO ADMINISTRATIVA INFORMADA NO COMUNICADO DE FLS. 118 DESTES AUTOS E MANTENHA OS CÁLCULOS DOS *ROYALTIES* REFERENTES AO PETRÓLEO DEVIDOS AO IMPETRANTE NA METODOLOGIA ANTERIOR À DETERMINADA PELAS MUDANÇAS OPERADAS PELA LEI Nº 12.734/12 NA LEI Nº 9.478/97.

Sobre esse fato superveniente, determinei a intimação da ANP, mas o prazo para manifestação transcorreu sem pronunciamento, conforme a certidão de fl. 673, e-STJ.

Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "fica prejudicado, por perda de objeto, o exame de Recurso Especial interposto contra acórdão proferido em Agravo de Instrumento de decisão liminar ou de antecipação de tutela, na hipótese de já ter sido prolatada sentença de mérito" (AgRg no AREsp 307.087/RS, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 25/6/2014). No mesmo sentido: EDcl no AREsp 690.230/RJ, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 25.2.2019; AgInt no AREsp 1141274/DF, Rel.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 2.2.2018.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC/2015, **não conheço do Recurso Especial.**

Brasília (DF), 17 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN  
Relator